


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 19 de julho de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaus Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1000151-42.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Derlan Almeida Oliveira**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

SENTENÇA

Vistos

DERLAN ALMEIDA OLIVEIRA, qualificado na inicial, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também qualificada, aduzindo na inicial, em síntese, que: a) em razão de acidente automobilístico, o autor se viu acometido de incapacidade laborativa para exercer sua atividade laborativa; b) faz jus ao recebimento da indenização do seguro DPVAT em valor correspondente a R\$ 12.656,75; c) requer a procedência do pedido.

Inicial instruída com documentos.

Regularmente citada, a requerida ofereceu contestação (fls. 35/46), sustentando que: a) não está provada a incapacidade laborativa; b) requer a improcedência do pedido.

Houve réplica (fls. 70/76).

Proferida decisão declaratória de saneamento (fls. 85/86), foi realizada prova pericial (fls. 106/112).

É o breve relato do necessário.

Fundamento e decido.

O pedido não merece procedência.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Consoante o laudo pericial, o acidente automobilístico sofrido pelo autor não lhe causou sequela que represente perda da capacidade laborativa (fls. 106/112).

Dessarte, a causa de pedir delineada na inicial, que está assentada na alegada existência de incapacidade total e permanente, não se mostrou presente, circunstância que acarreta a improcedência do pedido.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial. Indevidas as custas, despesas processuais em razão da gratuidade de Justiça, arcará o autor com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da causa, observada a garantia prevista no artigo 98, § 3º do Código de Processo Civil.

P.I.

Araraquara, 19 de julho de 2018.

João Battaues Neto

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)